

OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA – BRASIL – E AS RELAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS COM O SETOR CANAVIEIRO NO SÉCULO XXI

Maria Rita Ivo de Melo Machado¹

Resumo

A década de 1990 foi de muitas transformações no panorama econômico da Zona da Mata pernambucana. A crise no setor canavieiro, uma das principais atividades econômicas do Estado, foi agravada pela seca, que fez com que algumas usinas transferissem o seu capital para o Centro-Sul do país, fechassem ou reduzissem sua área de cultivo. Foi também nesse momento que os movimentos sociais rurais estavam ganhando força e conquistando áreas secularmente destinadas ao latifúndio monocultor de cana-de-açúcar - só na região tivemos mais de 100 assentamentos instituído nessa década. A década seguinte, porém, chamou a atenção pela retomada do apoio do Estado ao setor e a necessidade de retomar o uso das terras para o cultivo da cana. Esse novo movimento na conjuntura socioeconômica fomentada pelo Estado fez surgir relações horizontais e verticais entre assentados e usineiros e é a compreensão desse processo que esta pesquisa tenta elucidar. Para a construção da pesquisa foram realizadas leituras bibliográficas a cerca do tema, da questão histórica da região, do setor econômico e dos conceitos norteadores de território e espaço. Os trabalhos de campo se fizeram presentes como uma forma de articular a teoria as práticas existentes nesse processo socioeconômico.

Palavras chaves: assentamentos; reforma agrária

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: e-mail: mariaritamachado@usp.br

A década de 1990 foi de muitas transformações no panorama econômico da Zona da Mata pernambucana. A crise no setor canavieiro, uma das principais atividades econômicas do Estado, foi agravada pela seca, que fez com que algumas usinas transferissem o seu capital para o Centro-Sul do país, fechassem ou reduzissem sua área de cultivo. Foi também nesse momento que os movimentos sociais rurais estavam ganhando força e conquistando áreas secularmente destinadas ao latifúndio monocultor de cana-de-açúcar - só na região tivemos mais de 100 assentamentos instituído nessa década. A década seguinte, porém, chamou a atenção pela retomada do apoio do Estado ao setor e a necessidade de retomar o uso das terras para o cultivo da cana. Esse novo movimento na conjuntura socioeconômica fomentada pelo Estado fez surgir relações horizontais e verticais entre assentados e usineiros e é a compreensão desse processo que esta pesquisa tenta elucidar. Para a construção da pesquisa foram realizadas leituras bibliográficas a cerca do tema, da questão histórica da região, do setor econômico e dos conceitos norteadores de território e espaço. Os trabalhos de campo se fizeram presentes como uma forma de articular a teoria as práticas existentes nesse processo socioeconômico.

Introdução

O cultivo e a produção da cana-de-açúcar foram uma das primeiras atividades econômicas do Brasil e durante alguns séculos foi, certamente, a mais importante. Sua estrutura produtiva esteve à frente do seu tempo, pois, tinha um aparato tecnológico extremamente requintado para a época (primeira metade do século XVI). A cana era essencialmente transformada em açúcar e também em cachaça - produzida em menor escala para ser usada como moeda de troca na compra de escravos.

A atividade iniciada com maior intensidade em 1534², com o capitão donatário Duarte Coelho, era concentrada nas mãos dos senhores de engenhos, que apoiados pela coroa portuguesa destinavam a produção, já beneficiada, ao mercado externo. Mesmo na fase germinal do cultivo e beneficiamento é possível percebermos como as relações e as lógicas internacionais interferiam na produção do espaço local. É válido lembrar que

² Conjuntura Regional, 2004. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) / Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9cdfd9d79a117bb82474c31c9ae22d1e.pdf> /
Acesso em: 27/02/2011)
Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

Os assentamentos de reforma agrária na zona da mata pernambucana – Brasil – e as relações horizontais e verticais com o setor canavieiro no século XXI

Maria Rita Ivo de Melo Machado

a destinação do açúcar não tinha como objetivo atender as demandas locais, mas sim, almejava abastecer o amplo mercado consumidor através dos mecanismos de circulação que não eram estabelecidos visando a articulação e integração do hoje território brasileiro. Os fluxos estavam canalizados para conectar as ilhas de produção da América canavieira ao continente europeu. Ratificando essa idéia dos nexos espacialmente distantes e com pouca solidariedade orgânica na colônia SANTOS afirma que:

“O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.” (SANTOS, 2008a, p.29).

Ou seja, nessa fase da história a produção do espaço local não era fruto das necessidades e relações sociais internas, mas, das relações de cooperação existentes entre os diversos locais do Brasil e a Europa (especialmente Portugal), formando uma alienação regional, num claro processo de verticalização da produção canavieira.

É válido lembrar que entendemos as relações verticais como as que são formadas por pontos distantes uns dos outros, mas ligadas por inúmeras formas e processos sociais,³ ressaltando que eles são os vetores de uma racionalidade superior, criando um cotidiano obediente⁴ (o que não implica a inexistência de conflitos).

Devemos lembrar, no entanto, que a verticalização da produção do açúcar no período colonial tem semelhanças, mas não é igual a dos dias atuais. Entre as dessemelhanças está a questão tecnológica dos meios de comunicação, circulação e produção. No ponto de semelhança das relações verticais da atividade canavieira entre períodos (colonial e atual) podemos citar o apoio do Estado e as relações e interesses internacionais sobressaindo diante dos locais (visto que parte do açúcar e do álcool são destinados ao mercado externo).

No que tange as relações horizontais, ou seja, aquelas que possuem um domínio de contigüidade, *daqueles locais vizinhos reunidos por uma continuidade territorial*, (SANTOS, 2005) mas, submetido ao norteamento dos eixos centrais dos fluxos verticais,

³ SANTOS, 2005.

⁴ ELIAS, 2003.

faz-se necessário ressaltar as perpetuações das relações de trabalho no nordeste açucareiro ao mesmo tempo em que se insere novas formas de relação de trabalho e produção. Da primeira podemos ressaltar as forma de subordinação do trabalhador do corte da cana que se aproxima das condições de trabalho do escravo no período colonial. Como afirma DABAT essa relação pouco foi alterada ao longo da história do setor:

“Pode-se argumentar, no entanto, que de novo, este ciclo de cana tem muito pouco. É o mais recente, sem dúvida, de uma longa seqüência. Na estrutura, nas premissas, nos atores e nos efeitos para os agentes principais da produção – os trabalhadores, na sua maioria rurais – este episódio tem mais pontos em comum com os anteriores do que novidades benéficas. Ele revela permanências seculares nas idéias que presidem às decisões tomadas no âmbito da produção agrícola e do planejamento econômico.” (DABAT, 2006).

Pode-se dizer que a rotina do trabalhador da cana se tornou até mais exaustiva, pois:

“Verifica-se neste setor um progressivo aumento do volume de cana cortada por cada trabalhador, que passou nos últimos anos de 08 para 12 toneladas diárias, incidindo diretamente na expectativa de vida. Mais grave ainda é o óbito de cortadores de cana por exaustão resultante do excesso de trabalho, chegando a 16 horas por dia.” (FABRINI, 2010. p.74)

Essa pouca alteração nas condições dos trabalhadores da cana não significou a submissão desses ao modelo produtivo aos seus superiores hierárquicos, mas sim, que a finalidade e os interesses impostos de longe, de cima, conseguiram e conseguem se sobressair e direcionar as estruturas e as relações sociais e econômicas dos locais.

Como forma de resistência parte dos trabalhadores rurais e em especial os da zona da mata pernambucana lutaram para a formação de assentamentos de reforma agrária. Esse movimento teve a década de 1990 como uma fase de maior implantação dessas unidades que na região em questão se instalou nas áreas de produção da cana-de-açúcar, uma vez que o setor estava em crise.

Este é o preâmbulo do cenário a ser comentado neste artigo, que tem a compreensão das verticalidades e horizontalidades da produção canavieira na zona da mata pernambucana a partir dos assentamentos de reforma agrária como o eixo principal.

O Brasil colônia e a produção de cana de açúcar: a formação das relações verticais e horizontais da estrutura agrária brasileira

O cultivo de cana de açúcar no hoje território brasileiro, iniciou ainda no período colonial (primeira metade do século XVI), tendo sido uma das primeiras medidas da coroa portuguesa para ocupar as suas terras no novo mundo ao mesmo tempo em que desterritorializava, a população nativa. O desmatamento foi uma medida que visava inicialmente não só a implantação da cultura exótica da cana em forma de monocultivo, como também a desapropriação da população da indígena no seu espaço vivido.

Dando suporte ao monocultivo tivemos a inserção de alguns objetos fixos extremamente modernos para a época e ligados a transformação da cana de açúcar em açúcar, como: a casa de purgar, a caldeira, a fornalha, tanque de mel e a moenda. Agregado a esses elementos tínhamos ainda a casa-grande, a igreja e a senzala, todos compondo a paisagem do engenho colonial.

A produção de cana de açúcar no período colonial, apesar de moderna para os parâmetros da época, tinha o seu funcionamento ainda muito dependente do trabalho direto do homem. Na divisão social do trabalho os escravos negros de origem africana compunham a maior parte da mão-de-obra e ficavam responsáveis pelos trabalhos mais pesados, como: a limpa, o plantio e a colheita. As etapas mais elaboradas do açúcar (que respondiam por dar o ponto certo ao produto) geralmente eram feitos por trabalhadores assalariados e não negros, como os mestres-de-açúcar. Outro trabalhador assalariado era o feitor, que respondia pelo engenho na ausência do Senhor⁵.

Ao Senhor de Engenho cabia a administração, comercialização, fiscalização, julgamento e punição de todos que estivessem sob a sua tutela, o que lhe conferia um poder quase que absoluto dentro dos seus domínios. Seu poder era soberano dentro seu território e esse era um dos atrativos da conhecida civilização do açúcar⁶ que teve no nordeste e em especial Pernambuco um dos seus maiores expoentes.

⁵ FERLINI, 1994.

⁶ FERLINI, 1994.

“A riqueza, o fausto, o poder que obtinham na Colônia, no mundo do açúcar, eram muito maiores do que a recompensa puramente econômica e imediata. Na Colônia, não era primordial o lucro, o investimento, mas a posse de terras e de escravos, signos e conteúdos da aristocracia rural.” (FERLINI, 1994. p. 8-9).

Ou seja, na hierarquia dos atores sociais os Senhores de Engenho estavam numa condição privilegiada, pois, estavam no topo do poder dentro da sua extensão apropriada e usada. Eles tinham uma relação de submissão apenas com a coroa portuguesa e vale ressaltar que devido às condições de comunicação Portugal não conseguia ter um domínio eficaz dos acontecimentos em suas terras no além mar.

Como já foi mencionado, a instalação dos objetos fixos na zona da mata nordestina no período colonial não visava criar e estabelecer nexos a partir de uma lógica local, com solidariedades orgânicas, pelo contrário, a estrutura montada visava atender nexos distantes e direcionados para a metrópole portuguesa. O que tivemos aqui foi a formação de ilhas de ocupação, sem ou com poucos fluxos entre elas, mas, estabelecendo sempre uma relação constante, vertical e subordinada com a Europa.

“A lavoura canavieira, como opção para a ocupação do Brasil, inaugurava nova forma de colonização. A ocupação dos territórios conquistados limitara-se, até então, à comercialização de produtos encontrados nas terras descobertas. Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxos constantes de produtos destinados ao comércio europeu”. (FERLINI, 1994. p.17 e 18)

Essa forma de colonização (com o incentivo da produção pela coroa) marcou um novo modo das metrópoles se relacionarem com as suas colônias e determinou a formação da estrutura agrária brasileira, baseada em latifúndios, monocultivos e exploração do trabalhador.

“A lavoura canavieira, como opção para a ocupação do Brasil, inaugurava nova forma de colonização. A ocupação dos territórios conquistados limitara-se, até então, à comercialização de produtos encontrados nas terras descobertas. Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxos constantes de produtos destinados

ao comércio europeu”. (FERLINI, 1994. p. 17)

A importância da colônia portuguesa no continente americano devia-se ao fato dela ser uma grande produtora de um dos mais lucrativos produtos da fase pós Idade Média, o açúcar. Essa condição da colônia, no entanto, não há fez ter um maior status hierárquico frente às outras colônias de Portugal. Na divisão territorial do trabalho do mundo na época o nosso papel era de ser produtora e fornecedora de matéria-prima para a Europa.

Esse panorama da montagem da estrutura agrária no Brasil, em especial no Nordeste, nos servirá como parâmetro para entender alguns elementos da estrutura agrária da zona da mata pernambucana no presente, pois, a sociedade nascida no Nordeste açucareiro transcendeu sua finalidade puramente mercantil e constituiu-se, com seus próprios valores, na civilização do açúcar⁷. Esta é fruto de inúmeras rugosidades, símbolos e signos herdados desse período. Por esse motivo, se deixará de comentar uma larga fase da sacaricultura, como: a instalação dos engenhos centrais, das usinas, além de algumas medidas do estado em apoio ao setor para podermos chegar aos dias atuais, mais especificamente na década de 1990, por ter sido um momento de crise no setor e que possibilitou a formação da maioria dos assentamentos de reforma agrária na região.

A crise no setor e os movimentos sociais em Pernambuco na década de 1990

As décadas de 80 e 90 marcaram o setor sucroalcooleiro no Estado de Pernambuco pela crise, uma das maiores da história devido a dois desafios: o econômico e o natural.

“Como desafio econômico, temos o fechamento sucessivo de usinas e destilarias que encerram as suas atividades, ora porque o grupo que controla alguma delas não dispõe de capital e de crédito suficiente, ora porque, prevendo a crise, transferiram os seus investimentos para outros setores econômicos ou para a própria indústria açucareira, em outros estados, notadamente, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais” (ANDRADE e ANDRADE, 2001, p.69).

⁷ FERLINI, 1994.

Ainda segundo Andrade e Andrade:

“Do ponto de vista natural, o estado se depara com a grande seca que já se prolonga por vários anos e que, apesar de prevista pelos institutos de pesquisa, não foram tomadas precauções ou medidas preventivas por parte do Governo Federal e dos Estaduais que, dizendo-se surpreendidos pela seca, desenvolveram a velha política assistencialista, tradicional” (ANDRADE e ANDRADE, 2001, p. 69)

O Estado de Pernambuco tradicionalmente inquieto no tocante as questões de luta pela terra, voltou a aquecer os seus movimentos sociais rurais com o reflexo das Ligas Camponesas, da década de 1950, liderada por Francisco Julião. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra foi o que ganhou maior destaque no cenário nacional e o número de ocupações cresceu significativamente a partir da década de 1980, mas a constituição dos assentamentos juridicamente implica num processo mais lento, em decorrência dos entraves burocráticos do INCRA e por este motivo só se instituíram, em sua maioria, em 1990.

O número de famílias acampadas cresceu bastante especialmente na década de 1990, em Pernambuco. Em 1989 haviam 500 famílias acampadas, já em 1997, esse número subiu para 8.500 (Fonte: Comissão Pastoral da Terra). Quanto ao crescimento dos assentamentos se deu de maneira muito mais lenta.

Mesmo com este panorama o setor não perdeu a sua força, importância e simbologia em Pernambuco, e assim, apesar do cenário decadente ele perpetua-se entre os principais responsáveis pela geração de divisas no Estado. Territorialmente também continuou monocultor e latifundiário, ainda segundo os estudos de ANDRADE e ANDRADE:

“Há uma grande diversificação de atividade na Mesorregião da Mata Pernambucana, mas que essa diversificação é caracterizada pelo domínio absoluto de cana de açúcar, que ocupa cerca de 43% da área cultivada”. (ANDRADE e ANDRADE, 2001, p. 44).

Essas informações são pertinentes ao final da década de 90 e nos ajudam a compreender o quanto esse cultivo necessita de espaço para se reproduzir, seja pela mecanização e tecnificação precária, seja pela estrutura gerada a partir do domínio

Os assentamentos de reforma agrária na zona da mata pernambucana – Brasil – e as relações horizontais e verticais com o setor canavieiro no século XXI

Maria Rita Ivo de Melo Machado

político das oligarquias tradicionais da região que ainda tem a terra como simbologia de poder.

Já no início do século XXI, o estado voltou a apoiar a produção da cana de açúcar vislumbrando uma futura substituição da matriz energética do petróleo pela dos biocombustíveis. Na análise do estado essa corrida para aumentar a produção visa colocar o Brasil como principal fornecedor desse produto do mercado mundial. Segundo FABRINI:

“A preocupação com a produção de etanol ocorreu pela emergência de um potencial mercado externo em vista da intenção da União Européia de substituir 10% do consumo de combustíveis derivados de petróleo usado no transporte até 2020.” (FABRINI, 2010. p.66).

E os:

“EUA também se constituiria em importante mercado, pois este país pretende substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020.” (FABRINI, 2010. p.66).

Como o apoio mais intenso do estado a área de produção de cana voltou a se expandir. Parte das áreas das usinas que eram destinadas para a produção de cana, estão hoje destinadas aos assentamentos, gerando uma série de conflitos. É sobre essa nova conjuntura que versará o tópico seguinte.

Os assentados da reforma agrária e as usinas na nova fase de expansão da cana de açúcar

A busca pela geração de uma energia renovável e alternativa ao petróleo fez com que ainda na primeira metade da década de 2010 houvesse, aqui na Brasil, mas pressionado pela demanda mundial, um forte incentivo a produção do álcool combustível. Visando atender o mercado externo, em 2004, o governo federal começa a viabilizar crédito e isenções para os produtores do setor. Segundo o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, a agricultura consome R\$ 3,00 de cada R\$4,00 dos empréstimos concedidos pelos órgãos públicos (FONTE: SCHLESINGER e NORONHA, 2006). Esses investimentos têm sido empregados em sua maior parte na melhoria das infra-estruturas das agroindústrias que tem passado a investir mais em tecnologia e logística.

No caso pernambucano as indústrias do beneficiamento da cana de açúcar passam por uma dificuldade, a espacial. Com a expansão dos assentamentos de reforma agrária que ocorreram na década de 1990 nas áreas de produção de cana de açúcar em Pernambuco, as usinas da região tiveram que reelaborar suas estratégias para conseguirem ampliar a expansão solicitada pelo mercado e incentivada pelo estado. Como busca por áreas produtivas as antigas áreas de produção que hoje são assentamentos foram “convidadas” a se inserirem nesta atividade.

Como resultado temos que 70% dos assentados da região produzem cana de açúcar para fornecer às usinas. E dos 30% que não produzem 72% pretendem começar a produzir nos próximos anos. Como justificativa para a produção a maioria dos assentados responderam que a cana proporciona uma renda mínima garantida.

Como política pública direciona a atender a crescente demanda por etanol do mercado externo em detrimento do abastecimento alimentar nacional o estado, por meio do INCRA, passou a liberar que os assentados usassem parte do dinheiro do PRONAF a produção de cana de açúcar. Outra política pública federal que visa estimular a produção de cana de açúcar aos pequenos produtores e em especial os assentados é a doação de R\$5,00 por tonelada aos fornecedores de cana de açúcar as usinas.

Esse valor, porém, é controlado pelas usinas, que taxam uma quantidade mínima de toneladas a cada fornecedor e é a partir dessa lista que o estado paga aos fornecedores de cana. Dessa forma como a média do tamanho dos assentamentos da região é de 6 hectares e cada parcela usa apenas, uma média de 3,2 hectares da sua parcela para o plantio de cana cada assentado individualmente não atinge a cota mínima estipulada pela usina o que faz com que eles tenham que comercializar a sua cana com atravessadores ao invés de diretamente com a usina.

Essa forma de comercialização faz com que os assentados não recebam os R\$5,00 e o adubo fornecido pelo estado, uma vez que quem é cadastrado é o atravessador e esse não repassa os incentivos aos assentados fornecedores de cana. Essa política pública terceirizada aponta:

“da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistências ou “lavouras de pobre”, como se diz freqüentemente no Nordeste. As primeiras têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de

estações experimentais, comercialização organizada etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preço entre a safra e a entressafra e à ganância dos intermediários.” (ANDRADE, 1980, p.45)

A forma como as políticas públicas voltada para os pequenos proprietários de terra de uma forma geral aponta a impossibilidade de inseri-los de maneira privilegiada no processo produtivo, como sonham os movimentos sociais rurais.

“Entidades sindicais e movimentos sociais, visualizando possibilidade de obtenção de vantagens aos pequenos agricultores na produção de agroenergia, defendem a participação dos camponeses no projeto do agrocombustível [...] Assim, os camponeses deveriam participar da produção do agrocombustível, disputando inclusive projeto e território com o agronegócio.” (FABRINI, 2010. p. 55 e 56)

Apesar de não ser possível vermos uma política pública efetiva aos assentados é possível vermos esse tipo de apoio aos latifundiários, ainda hoje, assim como as relações de verticalidades. Estas, no entanto, se apresentam de maneiras mais acentuadas a medida as relações de cooperação estendem a sua escala espacial, fazendo com que agora, através de outras maneiras, *o homem produtor saiba cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planificador, o beneficiário* (SANTOS, 2007).

Essa não identificação dos assentados com os principais agentes modificadores do seu espaço é fruto dentre outros fatores do processo de alienação da produção no qual ele é submetido. Eles não possuem a idéia de quem são os compradores da sua mercadoria após beneficiada e nem tem a noção exata no que pode ser transformada a cana de açúcar. Quando perguntados sobre quais os produtos a cana pode gerar as respostas citadas foram apenas açúcar, álcool e cachaça.

Apesar da pouca utilização da mecanização na produção canavieira no nordeste esta é usada parcialmente para acelerar a produção, no beneficiamento, e conseqüentemente seus fluxos. Mesmo os locais não contemplados planamente com as tecnologias do período técnico-científico-informacional, como é o caso de parte da região canavieira do nordeste, se encontram interligados ao todo do complexo

canavieiro dirigido pela região concentrada do Brasil - o sudeste. Esta região que desde a década de 1970, passou a ser a região com a melhor eficiência em produtividade devido aos investimentos tecnológicos proporcionados pelo Próalcool.

“É acompanhada por uma tendência à concentração da propriedade e da comercialização, ocorre uma verdadeira fabricação de marginais, enquanto os capitais propriamente agrícolas se desvalorizam mais rapidamente face às extremas diferenças de condições oferecidas à sua reprodução. As empresas agrícolas ligadas ao grande capital defendem-se melhor das oscilações dos preços, mas as outras se enfraquecem ou, mesmo, porque os custos de produção sofrem aumento constante enquanto as taxas de lucro são extremamente variáveis”. (SANTOS, 1996, p.143).

Apesar da periferização da produção canavieira na qual o nordeste está sendo submetido a questão da exploração da terra, passa a se dá de forma mais intensa, transformando a atividade agrícola num elemento agregado ao circuito superior da economia (SANTOS, 2004). Como é de praxe aos representantes desse circuito, há uma integração não apenas local, mas, sobretudo global e de modo vertical e as relações a medida que se tornam mais íntimas e extensas, aproxima e torna mais evidente a noção de espaço como totalidade.

As relações verticais dão conta, sobretudo, da circulação, da distribuição e do consumo das mercadorias produzidas, aproximando pontos distantes, mas ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS&SOUZA&SILVEIRA, 1996).

“A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital”
(SANTOS&SOUZA&SILVEIRA, 1996, p.19)

A conexão e integração entre os lugares não reduz o local à uma nem o global à soma de partes. O local e o global interagem-se, sendo que os sistemas locais respondem de diferentes modos às forças globais (SAQUETE, 2009). No caso das áreas produtoras de cana as integrações com o global e o local auxiliam na formação de outras

atividades localmente reproduzidas (como: comércios e serviços para atender as demandas produzidas pelos trabalhadores da cana).

Apesar do seu atual papel secundário na produção de cana de açúcar, o setor canavieiro do Estado tem demonstrado a sua capacidade de estabelecer conexões a outras localidades, além, da diminuição dos custos com a produção que é um elementos preponderantes na organização espacial, que no caso é marcada pela atual capacidade de tecer amplas redes de relações, sem deixar de reproduzir as relações com os locais imediatamente ligados, como ocorreu com a produção canavieira no período colonial.

Essa relação de verticalidade para existir necessita de grandes capitais, representados essencialmente pelas companhias e empresas multinacionais. *Estas obedecem a uma lógica que é ao mesmo tempo internacional, por sua dispersão geográfica, e interna aos grupos financeiros que estão numa situação de concorrência* (SANTOS, 2003, p.151). Produz-se assim uma dialética entre o local/global na produção do espaço, onde se torna necessário enfatizar o novo papel de mediador do Estado e do próprio território em que se realizam as partes essenciais do processo produtivo.

O poder concedido às grandes corporações ligadas a produção agrícola (independente da origem do seu grupo controlador) acaba direcionando a reprodução do espaço local de acordo com os interesses globais. Elas representam um dos vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado (SANTOS, 2003).

Como já foi mencionada, a produção agrícola do setor canavieiro no Estado de Pernambuco, em geral, se encerra em si mesma, pois diferentemente do que ocorreu em São Paulo, ela não foi capaz de dinâmicas econômicas fomentadas por este setor e com isso não abriu espaço para que outras atividades que se reproduzissem nos arredores dos locais de produção.

Considerações Finais

As relações horizontais entre os assentados e a agroindústria canvieira não significa uma exclusão dos primeiros no processo produtivo, mas apenas que esses estão inseridos, mas, não possuem ferramentas e apoio suficiente para dominar todo o processo. Ou seja, eles estão submetidos às forças verticais que os leva a não realizarem uma atividade mais lucrativa (policultura). Essa força das relações verticais são, no entanto, ampliadas com o apoio do estado que através do discurso e políticas públicas fomentam a inserção subordinada dos assentados no projeto de produção dos biocombustíveis fazendo com que haja uma monopolização do território camponês pelo agronegócio.

O movimento sobreposto de verticalidades e horizontalidades na produção canvieira no Estado de Pernambuco dá aos municípios envolvidos uma articulação com o global, fazendo com que não haja descontinuidade entre o local e todo. As horizontalidades acabam também bem articuladas e de certa forma obedientes as implícitas normas das grandes empresas do setor, ou seja, a concentração do poder e do direcionamento socioeconômico se tornam impasses para a reprodução do local sem levar em conta as suas reais necessidades. É por isso que devemos ter em mente que podemos pensar em novas ações de horizontalidades, a partir, principalmente da sociedade territorial. Somente esta pode encontrar o caminho para uma globalização de acordo com a desejada e não de acordo com a imposta pelo capital.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 1980.

ELIAS, Denise. **Agricultura e globalização: A Região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo, Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2001.

SCHLESINGER, S. e NORONHA, S. **Agronegócio e biocombustíveis: uma mistura explosiva.** Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Fundação Heinrich Böll, 2006.